



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ofício PRE nº 043

Jaguariúna, 18 de março de 2026

Senhor Prefeito

Encaminhamos a V. Exma. os Requerimentos abaixo relacionados, que foram apresentados nesta Casa de Leis, em Sessão Ordinária realizada em 17 de março de 2026.

1. **Requerimento 067/26 – Ver. Ana Paula Espina** – Solicita ao Exec. Mun. informações referentes servidora nomeada para exercer função de fiscalização.
2. **Requerimento 068/26 – Ver. Rafael Blanco** – Solicita ao Exec. Mun. informações sobre o tratamento dos dejetos orgânicos gerados nas creches e escolas da rede municipal e no hospital Municipal Walter Ferrari.
3. **Requerimento 069/26 – Ver. Jorge L. Souza** – Solicita ao Exec. Mun. informações detalhadas acerca da gestão da assistência farmacêutica básica municipal, especialmente quanto ao abastecimento de medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde.
4. **Requerimento 070/26 – Ver. Jorge L. Souza** – Solicita ao Exec. Mun. informações acerca de todos os contratos relacionados a softwares, sistemas informatizados e tecnologia da informação firmados pelo Município de Jaguariúna desde 01 de janeiro de 2025 até a presente data.
5. **Requerimento 071/26 – Ver. Ana Paula Espina** – Solicita ao Exec. Mun. prestar esclarecimentos acerca do falecimento da paciente Eliana Ap. Donizeti dos Santos Aguiar, moradora deste Município (cópia ao Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas – CISNE).
6. **Requerimento 072/26 – Ver. Jorge L. Souza** – Solicita ao Exec. Mun. informações acerca da execução do contrato de telefonia institucional da Prefeitura (cópia para Sec. Mun. Administração e Finanças, Sec. Mun. Saúde, Sec. Mun. Assistência Social).
- 7.
8. **Requerimento 073/26 – Ver. Jorge L. Souza** – Solicita ao Exec. Mun. informações e documentos relacionados à aquisição de café às repartições públicas do Município de Jaguariúna, decorrente do Pregão Eletrônico 90020/2025.
9. **Requerimento 074/26 – Ver. Jorge L. Souza** – Solicita ao Exec. Mun. informações detalhadas sobre médicos que atuam na rede pública municipal de saúde de Jaguariúna, incluindo registro profissional (CRM) Registro de Qualificação de Especialista (RQE), vínculos contratuais, dentre outras questões.
10. **Requerimento 075/26 – Ver. Jorge L. Souza** – Solicita ao Exec. Mun. informações detalhadas sobre as falhas recorrentes no telefone da Central de Ambulância do Município, dentre outras questões.
11. **Requerimento 076/26 – Ver. Rose Guerreira** – Solicita ao Exec. Mun. informações sobre soluções para problemas existentes na UBS do Bairro Cruzeiro do Sul.
12. **Requerimento 077/26 – Ver. Graça Albaran** – Solicita ao Exec. Mun. informações sobre ausência de professor da disciplina de matemática na Escola Municipal Professor José Roberto Chiavegato "Bita".

Atenciosamente,

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Ao Senhor
David Hilario Neto
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Gabinete JLS	
APROVADO	
Favoráveis	11
Contrários	
Abstenções	
17.03.2026	

PROTOCOLO Nº	209/2026
EM	16/03/2026
SECRETARIA	

REQUERIMENTO Nº 069 /2026

LIDO EM SESSÃO
DE 17/03/2026

Assunto: REITERAÇÃO DE REQUERIMENTO – RAIOS-X DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA MUNICIPAL E FALTA DE MEDICAMENTOS NAS UNIDADES DE SAÚDE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), bem como no exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo prevista no art. 31 da Constituição Federal, que seja oficiada a Secretaria Municipal de Saúde, para que encaminhe informações detalhadas acerca da gestão da assistência farmacêutica básica municipal, especialmente quanto ao abastecimento de medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde.

CONSIDERANDO

Considerando que o art. 196 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado;

Considerando que o art. 37 da Constituição Federal determina que a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Considerando o disposto na Lei nº 8.080/1990, que institui o Sistema Único de Saúde e estabelece que a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, integra as ações de saúde;

Considerando que a Lei nº 12.527/2011 garante o direito de acesso às informações públicas;

Considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de planejamento adequado nas contratações públicas;

Considerando que a Lei nº 6.437/1977 define infrações sanitárias decorrentes da inobservância de normas relacionadas à prestação de serviços de saúde;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Considerando que eventuais falhas na gestão de recursos públicos podem caracterizar atos de improbidade administrativa, conforme previsto na Lei nº 8.429/1992;

Considerando que foi apresentado a esta Casa Legislativa o Requerimento nº 028/2026, solicitando esclarecimentos acerca da falta de medicamentos na rede municipal de saúde;

Considerando que o Poder Executivo encaminhou resposta por meio do Ofício nº 4342/2026-52;

Considerando, contudo, que as informações apresentadas na referida resposta não esclareceram de forma completa e objetiva diversos pontos essenciais, deixando lacunas quanto à gestão de estoque, planejamento de compras e previsão de regularização de medicamentos em falta;

Considerando, portanto, a necessidade de reiteração e ampliação das informações anteriormente solicitadas, a fim de garantir transparência e permitir o pleno exercício da fiscalização parlamentar;

Considerando ainda as reclamações recorrentes da população acerca da falta de medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde;

Considerando que foram realizadas visitas de fiscalização in loco em farmácias da rede municipal e em Unidades Básicas de Saúde, ocasião em que foi constatada a ausência de medicamentos essenciais utilizados no tratamento de doenças crônicas e de uso contínuo;

ACHADOS PRELIMINARES DE FISCALIZAÇÃO

Durante as atividades de fiscalização parlamentar foram identificados indícios de possíveis inconsistências na gestão da assistência farmacêutica municipal, destacando-se:

1 — Possível desabastecimento de medicamentos essenciais

Relatos da população e verificação em unidades de saúde indicam falta de medicamentos utilizados no tratamento de doenças crônicas e de uso contínuo.

2 — Possível falha no planejamento de aquisição de medicamentos

A ocorrência de desabastecimento pode indicar deficiência no planejamento de compras ou na gestão de estoque.

3 — Possível ausência de transparência sobre disponibilidade de medicamentos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Verifica-se dificuldade da população em obter informações sobre quais medicamentos estão disponíveis ou em falta nas unidades de saúde.

4 — Possível risco de desperdício de recursos públicos

A ausência de controle adequado de estoque pode resultar em vencimento ou descarte de medicamentos.

REQUER À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Que encaminhe informações detalhadas e documentadas acerca da assistência farmacêutica básica municipal.

1 — SITUAÇÃO DOS MEDICAMENTOS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA

Informar a situação dos seguintes medicamentos:

- Levotiroxina 25 mcg
- Levotiroxina 100 mcg
- Hidralazina
- Simeticona gotas
- Acetilcisteína sachê
- Colecalciferol (Vitamina D)
- Ácido fólico e/ou Sulfato ferroso
- Glimepirida e/ou Gliclazida
- Valsartana
- Colchicina
- Formoterol ou broncodilatador equivalente
- Losartana
- Metformina
- Dipirona
- Amoxicilina

Para cada medicamento informar:

- se integra a REMUME;
- desde quando está em falta;
- motivo do desabastecimento;
- previsão de regularização;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- data da última aquisição;
- quantidade adquirida;
- empresa fornecedora;
- valor pago;
- estoque atual disponível.

2 — REMUME

Encaminhar:

- lista completa da REMUME vigente;
- data da última atualização;
- medicamentos atualmente em falta.

3 — CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO (CAF)

Informar:

- estoque atual na CAF;
- data da última entrada de medicamentos;
- data da última distribuição às UBS;
- periodicidade de abastecimento das unidades.

4 — PLANEJAMENTO DE ESTOQUE

Informar:

- existência de política de estoque mínimo;
- sistema utilizado para controle de estoque;
- prazo médio de reposição de medicamentos.

5 — CONTRATOS E PROCESSOS DE COMPRA

Informar:

- empresas fornecedoras;
- contratos ou atas vigentes;
- fornecedores com atraso de entrega;
- penalidades aplicadas.

6 — MEDICAMENTOS VENCIDOS OU DESCARTADOS

Informar:

- quantidade descartada nos últimos 3 anos;
- valor estimado das perdas;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- medicamentos descartados.

7 — COMPRAS EMERGENCIAIS

Informar:

- número de compras emergenciais realizadas;
- medicamentos adquiridos;
- valores pagos;
- justificativa administrativa.

8 — GESTÃO DE ESTOQUE

Informar:

- tempo médio de permanência de medicamentos na CAF;
- relatório de giro de estoque dos últimos 24 meses.

9 — COMPARAÇÃO DE PREÇOS

Encaminhar:

- relatório de preços pagos entre 2023 e 2026;
- pesquisa de preços utilizada nas licitações;
- comparativo com valores do Banco de Preços em Saúde (BPS).

10 — TRANSPARÊNCIA PARA A POPULAÇÃO

Informar:

- se existe sistema público de divulgação da disponibilidade de medicamentos nas UBS;
- se existe relatório atualizado de medicamentos em falta;
- se há previsão de implantação de portal de transparência da assistência farmacêutica.

DISPOSIÇÃO FINAL

Requer-se que as informações sejam encaminhadas:

I — de forma individualizada, respondendo cada item deste requerimento;

II — acompanhadas de documentação comprobatória, incluindo relatórios administrativos, contratos, processos licitatórios, notas fiscais e relatórios de estoque;

III — dentro do prazo regimental previsto no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Caso alguma informação não esteja disponível, requer-se justificativa formal da Secretaria Municipal de Saúde.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade garantir transparência na gestão da assistência farmacêutica municipal, assegurar o direito da população ao acesso contínuo a medicamentos essenciais e permitir o pleno exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo.

A saúde constitui direito social fundamental, conforme estabelecido nos arts. 6º e 196 da Constituição Federal, sendo dever do Estado garantir acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.

Nos termos do art. 37 da Constituição Federal, a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A assistência farmacêutica integra as ações do Sistema Único de Saúde, conforme previsto na Lei nº 8.080/1990.

A transparência na gestão pública é assegurada pela Lei nº 12.527/2011.

Além disso, a Lei nº 13.460/2017 estabelece direitos dos usuários dos serviços públicos.

No que se refere às contratações públicas, a Lei nº 14.133/2021 exige planejamento adequado das aquisições.

Eventuais irregularidades podem configurar improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429/1992.

A Lei nº 6.437/1977 define infrações sanitárias decorrentes da inadequada prestação de serviços de saúde.

Cumprе destacar que a ausência de medicamentos essenciais na rede pública de saúde pode acarretar interrupção de tratamentos médicos, agravamento de doenças crônicas e aumento da demanda por atendimentos de urgência e hospitalizações, gerando impactos diretos à saúde da população.

Ressalta-se que muitos dos medicamentos citados são utilizados por pacientes em tratamento contínuo, tais como portadores de hipertensão, diabetes, doenças respiratórias e distúrbios hormonais, cuja interrupção terapêutica pode comprometer significativamente a qualidade de vida e a segurança clínica dos usuários do Sistema Único de Saúde.

Dessa forma, a adequada gestão da assistência farmacêutica municipal constitui dever constitucional do Poder Público, sendo imprescindível garantir planejamento, controle de estoque e transparência no abastecimento de medicamentos nas unidades de saúde.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

Assim, o presente requerimento busca assegurar transparência, responsabilidade administrativa e respeito ao direito fundamental à saúde da população, permitindo ao Poder Legislativo exercer plenamente sua função fiscalizadora.

Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, 13 de março de 2026

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA